

# País tem menos de 900 projectos de investigação apoiados pela UE

**Fundos.** Instituições e empresas apresentaram 4400 propostas. Só 20% foram aprovadas

PEDRO SOUSA TAVARES

Portugal está em décimo terceiro lugar entre os 27 Estados membros da União Europeia (UE) que apresentam mais candidaturas a apoios de investigação pelo programa-quadro desta área. Mas das 4400 candidaturas entregues entre 2007 e Março deste ano, apenas 20% tiveram sucesso (880).

Os números foram apresentados quarta-feira à noite, num encontro em Bruxelas que reuniu representantes de universidades, centros de investigação e empre-

sas convidados pela eurodeputada Maria da Graça Carvalho, principal autora de um relatório que defende a simplificação de regras na atribuição destes subsídios pela Comissão Europeia.

Os dados mostram que a evolução portuguesa pode ser considerada positiva, já que no anterior programa-quadro (o sexto) a taxa de sucesso das propostas não excedia os 20%. Mas, como lembrou Graça Carvalho (*ver entrevista*), o País tem ainda um longo caminho a percorrer para atingir o nível de outros estados com muitos mais fundos captados.

Uma falha apontada pelos convidados da eurodeputada foi a fraca participação das empresas nacionais nestes projectos. Das 4400 candidaturas, apenas 1400 saíram de pequenas e médias empresas e da indústria, conquistando umas reduzidas 225 aprovações. As restantes vieram de universidades e de centros de investigação.

Manuela Soares, da Comissão para a Promoção do Programa-Quadro, do Ministério do Ensino Superior, reconheceu que "há algumas áreas em que o sucesso [das propostas nacionais] é maior, como as Tecnologias de Informação

e Comunicação (TIC)", mas defendeu também que Portugal já está a ganhar com estes apoios: "Fala-se muito na questão do retorno financeiro. Neste momento podemos dizer que é de 1,3%. Ou seja: o País já beneficia mais dos fundos do que aquilo que investe neles."

Um retorno que poderá melhorar caso a simplificação do processo avance. Graça Carvalho apresentou ontem a versão preliminar da proposta ao comité de Indústria, Comércio Externo, Investigação e Energia do Parlamento Europeu. E algumas propostas poderão ser aplicadas ainda este ano.

## ENTREVISTA: MARIA DA GRAÇA CARVALHO

Eurodeputada eleita pelo PSD

**Simplificação** Ex-ministra do Ensino Superior acredita que é o momento certo para conseguir ver aprovadas medidas que tornem menos burocráticos os apoios da UE à investigação. E que a simplificação dos processos pode ser um motor para os Estados membros saírem da crise. Como Portugal, que continua sem aproveitar muitos fundos e perde oportunidades

## "Portugal tem de captar mais apoios para a investigação"

PEDRO SOUSA TAVARES

**Há anos que se discute a simplificação de processos nos apoios da UE. Acredita que desta vez alguma coisa diferente se vai passar?**

Acredito que desta vez alguma coisa de diferente se vai passar, porque há uma conjugação de esforços e de circunstâncias. Temos uma nova comissária europeia [da Indústria, Energia e Investigação] muito motivada na simplificação, que fez disso uma bandeira. Um director-geral, que é também uma pessoa pragmática, e o presidente Barroso, que está muito motivado na simplificação e que quer fazer desta uma experiência-piloto que, se bem sucedida, será passada a outros fundos, nomeadamente aos fundos estruturais. Depois temos os testemunhos das instituições, das empresas, queixando-se do excesso de burocracia deste processo.

**Há várias partes a defender mudanças?**

Sim. É uma mudança que não depende só da UE. Os Estados membros também têm de simplificar, porque em muitos países, nomeadamente Portugal, ainda há muita burocracia. É importante que esta simplificação possa ser um motor para ajudar a sair da crise. Nós temos muitas vezes muito dinheiro disponível, que depois não pode ser aplicado porque é tão compli-



Eurodeputada é responsável por relatório para simplificar regras de atribuição dos subsídios pela UE

cado que não se consegue. Há o exemplo em Portugal do QREN, um fundo estrutural que é complexo e tem uma baixa execução. **O facto de se estar em crise pode ajudar a concretizar esta reforma?** Pode ser, porque, por um lado, temos desempregados, empresas em dificuldade, e por outro, temos financiamentos disponíveis na UE que não usamos, porque arranjamos uma complexidade administrativa que o inviabiliza. Faz sentido [dar esse passo].

**Portugal também pode beneficiar de regras mais simples? Qual é a nossa percentagem de fundos do actual programa-quadro?**

Pode. O programa-quadro é de 52 mil milhões de euros para o período de 2007 a 2013. Portugal recebe entre 1% e 2% do total, mas não há limite. Há países, como a Grécia, que têm uma dimensão semelhante e recebem muito mais.

**As nossas instituições ainda têm dificuldade em ter apoios fora do País? Têm.** Para já, pela distância; estar

perto de Bruxelas é muito importante. Por outro lado, há questões como a dimensão do próprio País e a dificuldade em se entrar em redes. É importante aumentar a participação do País nos programas, porque não é só uma questão dos fundos que se perdem mas também do valor acrescentado de se entrar em redes ou de se participar num projecto de investigação com uma empresa alemã. Portugal tem de conseguir captar mais apoios para a investigação.